

SAÚDE MENTAL NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DOS FATORES DE RISCO E DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO¹

ALESSANDRO HENRIQUE DE ANDRADE²

GILBERTO DE ALBUQUERQUE LÚCIO³

YALISSON FRANKLIN DO NASCIMENTO FERNANDES⁴

RESUMO

A saúde mental dos policiais militares representa um desafio crescente para a segurança pública brasileira. O presente estudo tem por objetivo identificar e analisar os principais fatores de risco e as estratégias de prevenção descritas na literatura científica recente. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e PubMed, incluindo 20 estudos. A análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011) organizou os achados em três categorias. Os resultados evidenciam que a exposição à violência, a sobrecarga laboral, as pressões hierárquicas e a insuficiência de suporte institucional são os principais fatores de risco, sendo a organização do trabalho e as condições laborais seus determinantes estruturais. As repercussões psicológicas mais frequentes incluem a Síndrome de *Burnout*, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), a ansiedade e a depressão, com o estigma institucional atuando como barreira à busca por ajuda. As estratégias preventivas apontadas envolvem programas de apoio psicológico, educação emocional, fortalecimento do suporte social e implementação de políticas institucionais permanentes de cuidado. A análise revelou lacunas significativas, como a escassez de estudos longitudinais, a ausência de recorte de gênero e a carência de avaliação de eficácia das intervenções. Conclui-se que é urgente o desenvolvimento de ações sistemáticas de proteção à saúde mental dos policiais militares, que integrem suporte clínico, revisão das condições de trabalho e transformação da cultura organizacional para reduzir o estigma e valorizar o profissional. Tais medidas são essenciais para a eficiência operacional das corporações e a dignidade dos servidores.

Palavras-chave: saúde mental; policiais militares; *Burnout*; estresse ocupacional; segurança pública.

¹ Artigo apresentado ao Centro de Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP), da Polícia Militar da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

² Orientador Major QOEM da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Especialista em Segurança Pública. E-mail: fazeiadiferena@gmail.com

³ Capitão QOEM da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Discente do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública – CESP/2026. E-mail: pb.gilberto@gmail.com

⁴ Capitão QOEM da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Discente do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública – CESP/2026. E-mail: yfnf2305@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A atividade policial militar desempenha papel essencial na preservação da ordem pública e na promoção da segurança da sociedade. No exercício de suas atribuições constitucionais, os policiais militares são constantemente expostos a situações de risco, violência, pressão psicológica, conflitos interpessoais e demandas operacionais complexas, fatores que tornam a profissão uma das mais suscetíveis ao desgaste físico e emocional (Castro; Rocha; Cruz, 2019; Macedo, 2016; Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Nesse sentido, o contexto contemporâneo da segurança pública brasileira impõe aos profissionais da área desafios cada vez mais complexos. Além da necessidade de enfrentamento da criminalidade e da violência urbana, os policiais militares convivem com jornadas de trabalho extensas, exposição frequente a eventos potencialmente traumáticos, cobranças institucionais, limitações estruturais e expectativas sociais elevadas. Tais condições podem influenciar diretamente a saúde mental desses profissionais, repercutindo em seu bem-estar, desempenho funcional e qualidade de vida (Souza *et al.*, 2012; Spode; Merlo, 2006; Nogueira; Lima, 2025).

É notório que, nos últimos anos, a saúde mental dos profissionais de segurança pública passou a receber maior atenção da comunidade científica, especialmente em razão do aumento de estudos que evidenciam a ocorrência de estresse ocupacional, Síndrome de *Burnout*, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e outras manifestações relacionadas ao sofrimento psíquico (Taube; Carlotto, 2025; Oliveira *et al.*, 2024; Lima; Rodrigues, 2024; Neves *et al.*, 2025). Além dos impactos individuais, esses agravos podem comprometer o desempenho profissional, as relações interpessoais e a própria eficiência institucional.

Paralelamente à identificação dos fatores de risco, observa-se crescente interesse por estratégias voltadas à prevenção e à promoção da saúde mental no ambiente policial. Entre estas, medidas como programas de apoio psicológico, fortalecimento das redes de suporte social, incentivo à prática de atividade física, desenvolvimento da resiliência e implementação de políticas institucionais de cuidado têm sido apontadas como importantes ferramentas para a redução dos impactos negativos decorrentes da atividade policial (Guimarães *et al.*, 2023; Sousa; Polari, 2025).

Nesse contexto, torna-se relevante reunir e analisar criticamente as evidências científicas disponíveis sobre os fatores que influenciam a saúde mental dos policiais militares e as estratégias utilizadas para sua proteção. A sistematização desse conhecimento pode contribuir para o desenvolvimento de ações institucionais mais eficazes, voltadas à valorização

profissional, à prevenção do adoecimento e ao fortalecimento da capacidade operacional das corporações policiais.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais fatores de risco relacionados à saúde mental dos policiais militares e as estratégias de prevenção e promoção do bem-estar psicológico descritas na produção científica nacional e internacional. Para tanto, busca-se identificar, por meio de revisão integrativa da literatura, quais fatores mais aparecem nos estudos, analisar os achados das pesquisas científicas atuais e indicar possíveis lacunas nos trabalhos acerca das estratégias de prevenção.

Como problema de pesquisa, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais são os principais fatores de risco relacionados à saúde mental dos policiais militares e quais estratégias de prevenção têm sido apontadas pela literatura científica para a promoção do bem-estar psicológico desses profissionais?

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na relevância social e institucional do tema, considerando que o adoecimento mental dos policiais militares impacta diretamente a eficiência operacional das corporações, a qualidade do serviço prestado à sociedade e a dignidade dos próprios profissionais de segurança pública.

2 FATORES DE RISCO E REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS NA ATIVIDADE POLICIAL

Esta seção trata dos conceitos dos principais eixos teóricos relacionados às temáticas debatidas nos estudos recentes sobre saúde mental na atividade policial militar.

2.1 SAÚDE MENTAL E TRABALHO POLICIAL MILITAR

A saúde mental, na perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de realizar seu próprio potencial, lidar com o estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir com sua comunidade. No contexto do trabalho, a saúde mental é influenciada por uma complexa interação entre fatores individuais, organizacionais e sociais (Souza *et al.*, 2012; Macedo, 2016).

O trabalho policial militar apresenta características singulares que o distinguem de outras profissões. A natureza da atividade policial envolve exposição cotidiana a situações de violência, morte, conflitos interpessoais e tensão constante, elementos que configuram um ambiente ocupacional de elevado risco psicossocial. Estudos têm demonstrado que essa

exposição contínua a eventos estressores e potencialmente traumáticos favorece o desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico, muitas vezes agravados pela ausência de suporte institucional adequado (Castro; Rocha; Cruz, 2019; Spode; Merlo, 2006; Dias; Siqueira; Ferreira, 2023).

Dias, Siqueira e Ferreira (2023) destacam que a organização do trabalho policial, marcada por hierarquia rígida, cobranças disciplinares severas e condições laborais frequentemente precárias, constitui fator relevante para o adoecimento mental. Nesse mesmo sentido, Spode e Merlo (2006) evidenciaram que as pressões disciplinares e organizacionais, aliadas à cultura institucional que frequentemente desestimula a expressão de vulnerabilidade emocional, contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico dos policiais militares.

2.2 ESTRESSE OCUPACIONAL E SÍNDROME DE *BURNOUT*

O estresse ocupacional é reconhecido como um dos principais problemas de saúde pública contemporâneos, afetando trabalhadores de diversas categorias profissionais, com especial impacto naquelas que envolvem alta demanda emocional e contato frequente com situações críticas. No contexto policial, o estresse está associado à carga de trabalho excessiva, às condições físicas de trabalho, à exposição ao risco e à violência, aos conflitos organizacionais e à percepção de falta de reconhecimento e valorização profissional (Fagundes; Freitas, 2024; Sousa; Polari, 2025).

A Síndrome de *Burnout*, conceituada como resposta ao estresse crônico no trabalho caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional (Maslach; Jackson, 1981 *apud* Taube; Carlotto, 2025), representa uma das repercussões mais estudadas no contexto policial. Taube e Carlotto (2025) evidenciaram associação significativa entre dissonância emocional, situação em que o trabalhador é obrigado a suprimir ou modificar suas emoções para atender às demandas do trabalho, e o desenvolvimento da Síndrome de *Burnout* em policiais militares. Estudos transversais realizados no contexto brasileiro corroboram esses achados ao identificar elevadas prevalências de sintomas de *burnout* em diferentes corporações militares (Lima *et al.*, 2025; Lima; Rodrigues, 2024; Oliveira *et al.*, 2024).

Sotoriva, Engers e Carlotto (2025) acrescentam dimensão relevante ao demonstrar que, embora as demandas emocionais aumentem o risco de *burnout*, fatores como autoeficácia e liderança institucional funcionam como elementos protetores, indicando que intervenções

direcionadas ao desenvolvimento de competências emocionais e ao aprimoramento da gestão institucional podem contribuir para a prevenção do adoecimento.

2.3 TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO E OUTROS AGRAVOS

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) como condição psiquiátrica que pode se desenvolver após a exposição a eventos traumáticos graves, como situações de ameaça à vida, violência física ou testemunho de morte. No contexto policial, a exposição frequente a esse tipo de evento aumenta significativamente a vulnerabilidade ao desenvolvimento do TEPT (Freitas *et al.*, 2026; Nogueira; Lima, 2025).

Além do TEPT, estudos evidenciam a presença de ansiedade, depressão e outros agravos psicológicos entre os policiais militares brasileiros. Freitas *et al.* (2026), em estudo realizado no âmbito da Polícia Militar do Amazonas, identificaram que ansiedade, depressão, TEPT e *burnout* representam os agravos psicológicos mais recorrentes entre os profissionais afastados por motivos de saúde mental. Ferreira Junior *et al.* (2026) adicionam perspectiva relevante ao apontarem que o estigma associado ao sofrimento mental constitui barreira significativa à busca por ajuda profissional, contribuindo para o agravamento e cronificação dos quadros psicopatológicos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese do conhecimento produzido sobre determinado tema, permitindo a identificação de evidências científicas, lacunas de pesquisa e perspectivas para futuras investigações (Mendes; Silveira; Galvão, 2008; Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A questão norteadora da pesquisa foi formulada da seguinte forma: quais são os principais fatores de risco relacionados à saúde mental dos policiais militares e quais estratégias de prevenção têm sido apontadas pela literatura científica para a promoção do bem-estar psicológico desses profissionais? Partindo desta problemática, a seguir, expõem-se as escolhas metodológicas e o percurso percorrido para a construção do presente trabalho.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Do ponto de vista da abordagem, o estudo adota perspectiva qualitativa, uma vez que busca compreender, interpretar e sintetizar os significados, as percepções e os achados presentes na produção científica sobre o tema investigado, sem pretensão de quantificação ou generalização estatística dos resultados (MINAYO, 2014; GIL, 2022). A abordagem qualitativa mostra-se particularmente adequada à revisão integrativa por permitir a leitura aprofundada e a análise interpretativa de estudos com diferentes delineamentos, ampliando a compreensão do objeto de pesquisa em sua complexidade (CRESWELL; CRESWELL, 2021).

3.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Quanto ao procedimento, classifica-se como pesquisa bibliográfica, visto que se fundamenta na análise sistemática de material já elaborado e disponível na literatura científica, constituído por artigos científicos, revisões de literatura e estudos empíricos publicados em bases de dados especializadas, conforme preconizam Gil (2022) e Lakatos e Marconi (2021). Como já se destacou, esse procedimento permite ao pesquisador reunir, organizar e avaliar o estado do conhecimento sobre determinado tema, identificando convergências, divergências e lacunas na produção científica existente.

3.3 TÉCNICA DE PESQUISA

No que se refere à técnica de pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Essa técnica organiza-se em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, sendo amplamente empregada em revisões integrativas por possibilitar a identificação de categorias temáticas recorrentes, o estabelecimento de conexões entre os achados dos diferentes estudos e a construção de sínteses interpretativas coerentes com os objetivos da pesquisa (BARDIN, 2011; MINAYO, 2014).

3.4 BASES DE DADOS E PERÍODO DE BUSCA

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de abril e maio de 2026, nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e PubMed, por serem

amplamente utilizadas nas áreas das ciências da saúde e das ciências sociais aplicadas, contemplando produção científica nacional e internacional relacionada à temática investigada.

3.5 DESCRITORES E ESTRATÉGIA DE BUSCA

Foram utilizados os descritores em português e inglês relacionados ao tema, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Entre os principais termos empregados destacam-se: “saúde mental”, “policiais militares”, “adoecimento emocional”, “burnout”, “estresse ocupacional”, “depressão”, “ansiedade”, “transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)”, “mental health”, “police officer”, “burnout”, “depression”, “anxiety”, “psychological distress” e “PTSD”.

3.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos estudos publicados em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra, que abordassem a saúde mental de policiais militares ou profissionais de segurança pública, contemplando fatores de risco, repercussões psicológicas ou estratégias de prevenção e promoção da saúde mental, sem restrição de período temporal. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos sem relação direta com a temática, artigos de opinião sem fundamentação científica, resumos sem texto completo disponível e pesquisas cujo foco não estava relacionado à saúde mental de policiais.

3.7 PROCESSO DE SELEÇÃO E ANÁLISE DOS ESTUDOS

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos seguiu as recomendações metodológicas do protocolo PRISMA 2020, buscando assegurar transparência e rigor na seleção das evidências científicas (Page *et al.*, 2021). Inicialmente, com o emprego dos descritores, foram identificados aproximadamente 2.000 registros. Após a leitura dos títulos e aplicação dos critérios de elegibilidade, cerca de 80 estudos foram considerados potencialmente relevantes. A análise dos resumos resultou na seleção de aproximadamente 30 estudos para leitura na íntegra. Em seguida, a avaliação detalhada, ponderando-se a qualidade das pesquisas e optando pelas produções mais recentes, 20 estudos compuseram a amostra final desta revisão integrativa.

Os trabalhos incluídos foram analisados quanto aos objetivos, delineamento metodológico, população investigada e principais resultados. A organização dos achados adotou a perspectiva da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), procedimento que permite a identificação de temáticas recorrentes e a estruturação analítica dos dados oriundos de estudos heterogêneos. A partir da leitura sistemática dos 20 estudos, emergiram três grupos temáticos: (1) Fatores de risco ocupacionais e organizacionais; (2) Repercussões psicológicas da atividade policial; e (3) Estratégias de prevenção e promoção da saúde mental.

4 RESULTADOS

A seguir, apresentam-se os 20 (vinte) estudos incluídos na presente revisão integrativa, organizados no Quadro 1 conforme autoria, tipo de estudo, tema principal e principais achados. Em seguida, o Quadro 2 sistematiza a distribuição dos estudos nas três categorias temáticas identificadas pela análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autor/Ano	Tipo de estudo	Tema principal	Principais achados
Spode e Merlo (2006)	Estudo qualitativo	Trabalho policial e saúde mental	Pressões disciplinares e organizacionais mostraram-se relevantes para o sofrimento mental dos policiais.
Souza et al. (2012)	Estudo transversal	Sofrimento psíquico	Estresse constante, vitimização e sobrecarga laboral associaram-se ao sofrimento psíquico.
Macedo (2016)	Revisão integrativa	Saúde mental policial	Violência, excesso de trabalho e exposição ao risco foram os fatores mais frequentemente associados ao sofrimento psíquico.
Castro, Rocha e Cruz (2019)	Revisão de literatura	Saúde mental policial	Identificou predominância de estudos relacionados ao estresse ocupacional, sofrimento psíquico e condições de trabalho.
Cury et al. (2022)	Estudo misto (revisão de literatura e estudo descritivo-observacional)	<i>Burnout</i>	Evidenciou impactos do <i>burnout</i> sobre o desempenho profissional e a qualidade de vida.
Dias, Siqueira e Ferreira (2023)	Estudo qualitativo	Adoecimento mental	Organização do trabalho, conflitos interpessoais e abusos de poder foram apontados como desencadeadores do adoecimento psíquico.
Guimarães et al. (2023)	Estudo descritivo	Educação emocional	A educação emocional foi apresentada como estratégia preventiva para promoção da saúde mental.
Fagundes e Freitas (2024)	Revisão bibliográfica	Estresse ocupacional e coping	Identificou estratégias de enfrentamento utilizadas por policiais militares diante do estresse ocupacional.

Autor/Ano	Tipo de estudo	Tema principal	Principais achados
Oliveira <i>et al.</i> (2024)	Estudo transversal	<i>Burnout</i> e qualidade de vida	Maiores níveis de <i>burnout</i> estiveram associados à pior qualidade de vida.
Lima e Rodrigues (2024)	Estudo transversal	Aspectos psicossociais e <i>burnout</i>	Observou associação entre alta exigência ocupacional e Síndrome de <i>Burnout</i> .
Chiari (2025)	Revisão bibliográfica	Saúde mental na segurança pública	Ressaltou a importância de programas preventivos, apoio psicológico e valorização profissional.
Lima <i>et al.</i> (2025)	Estudo transversal	<i>Burnout</i>	Elevada frequência de sinais de <i>burnout</i> e esgotamento ocupacional entre os policiais militares avaliados.
Neves <i>et al.</i> (2025)	Revisão documental	<i>Burnout</i> em policiais militares	Evidenciou lacunas científicas e necessidade de ações preventivas permanentes.
Nogueira e Lima (2025)	Revisão bibliográfica	Saúde mental policial	Destacou a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental dos policiais militares.
Sotoriva, Engers e Carlotto (2025)	Estudo quantitativo	<i>Burnout</i>	Demandas emocionais aumentaram o risco de <i>burnout</i> , enquanto autoeficácia e liderança exerceram efeito protetor.
Sousa e Polari (2025)	Revisão bibliográfica de abordagem qualitativa	Estresse ocupacional	Demonstrou que a sobrecarga emocional e o suporte institucional insuficiente favorecem o adoecimento psíquico.
Taube e Carlotto (2025)	Estudo quantitativo	<i>Burnout</i> e trabalho emocional	A dissonância emocional apresentou associação significativa com a Síndrome de <i>Burnout</i> .
Freitas <i>et al.</i> (2026)	Estudo transversal, descritivo e documental (retrospectivo)	Doenças psicológicas na PMAM	Identificou ansiedade, depressão, TEPT e <i>burnout</i> como agravos recorrentes.
Lima <i>et al.</i> (2026)	Revisão bibliográfica	Saúde mental como direito fundamental	Destacou a necessidade de políticas institucionais permanentes de proteção psicológica.
Ferreira Junior <i>et al.</i> (2026)	Estudo qualitativo	Estigma e adoecimento psíquico	O estigma relacionado ao sofrimento mental dificulta a busca por ajuda profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa (2026)

Quadro 2 – Organização dos estudos por categorias temáticas (BARDIN, 2011)

Categoria Temática	Estudos incluídos	Síntese dos achados
Categoria 1 – Fatores de risco ocupacionais e organizacionais (n=6)	Castro, Rocha e Cruz (2019); Dias, Siqueira e Ferreira (2023); Souza <i>et al.</i> (2012); Spode e Merlo, (2006); Macedo (2016); Nogueira e Lima (2025)	Violência cotidiana, sobrecarga laboral, jornadas extensas, conflitos interpessoais, cobranças hierárquicas, cultura organizacional repressiva e insuficiência de suporte institucional constituem os principais determinantes do adoecimento psíquico. A organização do trabalho e as condições laborais foram identificadas como fatores estruturais de risco.
Categoria 2 – Repercussões	Taube e Carlotto (2025); Lima <i>et al.</i> (2025); Sotoriva, Engers e	Síndrome de <i>Burnout</i> é o agravo mais amplamente estudado, associada à

Categoria Temática	Estudos incluídos	Síntese dos achados
psicológicas da atividade policial: <i>burnout</i>, TEPT, ansiedade e depressão (n=9)	Carlotto (2025); Cury <i>et al.</i> (2022); Oliveira <i>et al.</i> (2024); Lima e Rodrigues (2024); Neves <i>et al.</i> (2025); Freitas <i>et al.</i> (2026); Ferreira Junior <i>et al.</i> (2026)	dissonância emocional, alta exigência ocupacional e comprometimento da qualidade de vida. TEPT, ansiedade e depressão são agravos recorrentes. O estigma institucional configura barreira à busca de tratamento, contribuindo para cronificação dos quadros.
Categoria 3 – Estratégias de prevenção e promoção da saúde mental (n=5)	Guimarães <i>et al.</i> (2023); Fagundes e Freitas (2024); Sousa e Polari (2025); Lima <i>et al.</i> (2026); Chiari (2025)	Educação emocional, programas permanentes de apoio psicológico, fortalecimento do suporte social entre pares, promoção de atividade física, implementação de políticas institucionais de cuidado, enfrentamento do estigma e valorização profissional são as estratégias mais recorrentes. Fatores protetores incluem autoeficácia e liderança qualificada.

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa (2026).

A análise do perfil temporal dos estudos incluídos nesta revisão integrativa revela um dado expressivo: dos 20 trabalhos selecionados, 16 (80%) foram publicados entre 2022 e 2026, com concentração marcante nos anos de 2024 (n=3), 2025 (n=7) e 2026 (n=3). Apenas quatro estudos são anteriores ao ano de 2020, Spode e Merlo (2006), Souza *et al.* (2012), Macedo (2016) e Castro, Rocha e Cruz (2019), o que indica que a produção científica sobre saúde mental policial é ainda incipiente em termos históricos, mas vem crescendo de forma acelerada na última década.

Esse dado é coerente com os estudos sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental dos profissionais que permaneceram na linha de frente em atividade operacional durante todo o período crítico da emergência sanitária, como foi o caso dos policiais militares. Nesta perspectiva, Guimarães, Massuda Jr. e Oliveira (2023), revisando a literatura acadêmica, relatam que:

a pandemia trouxe a campo um novo “inimigo” para combater, o qual é impossível não pensar em impactos diretos no bem-estar desses profissionais, destacando ainda mais a necessidade de cuidado e apoio psicológico necessários, dada as mudanças na forma de socializar, trabalhar e executar as tarefas do dia a dia, aliadas ao medo de contrair o vírus, que trouxeram uma grande carga psicológica para a vida das pessoas [...] (Guimarães; Massuda Jr.; Oliveira, 2023, p. 374)

O crescimento exponencial das publicações a partir de 2022 sugere, portanto, que a pandemia catalisou uma agenda de pesquisa que passou a tratar a saúde mental policial não mais como tema periférico, mas como objeto de evidência urgente e prioritário para as políticas públicas de segurança.

Do ponto de vista metodológico, os 20 estudos incluídos apresentam heterogeneidade de delineamentos, característica esperada em revisões integrativas que não restringem a busca a um único tipo de estudo. Predominam as revisões bibliográficas e documentais (n=8, 40%), seguidas pelos estudos transversais (n=5, 25%), pelos estudos qualitativos (n=3, 15%), pelos estudos quantitativos (n=2, 10%), pelo estudo misto (n=1, 5%) e pelo estudo descritivo (n=1, 5%).

A predominância de revisões e estudos exploratórios é coerente com o estágio de desenvolvimento do campo: trata-se de uma área que ainda está sistematizando e consolidando seus achados, o que restringe a disponibilidade de evidências causais ou de avaliação de eficácia de intervenções. Destaca-se que os estudos transversais são o delineamento quantitativo mais recorrente, especialmente para investigação da prevalência de *burnout*, estresse e sintomas psicológicos em populações específicas de policiais militares, embora sua natureza pontual limite a compreensão longitudinal do fenômeno.

Quanto à distribuição geográfica, os estudos brasileiros contemplam corporações de diferentes regiões: Norte (PMAM), Nordeste (PMPB, PMBA, PMPE), Sudeste (PMERJ, PMMG), indicando que o adoecimento mental dos policiais militares é um acontecimento de alcance nacional e não circunscrito a contextos específicos.

5 DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão integrativa evidenciaram que a saúde mental dos policiais militares é influenciada por múltiplos fatores interrelacionados, que se articulam em diferentes dimensões, a ocupacional, a organizacional, a psicológica e a social. A análise dos 20 estudos incluídos nesta revisão integrativa, sistematizada por meio da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), demonstrou consistência dos achados em torno das três divisões temáticas identificadas, ao mesmo tempo em que revelou lacunas relevantes na produção científica da área, como discute-se a seguir.

5.1 FATORES DE RISCO OCUPACIONAIS E ORGANIZACIONAIS: CONVERGÊNCIAS E LACUNAS

Neste bloco temático, os estudos convergem ao indicar que as condições objetivas do trabalho policial constituem o principal substrato para o desenvolvimento do sofrimento psíquico. A exposição contínua à violência, a sobrecarga de trabalho, as jornadas extensas e os

conflitos organizacionais configuram um ambiente laboral cronicamente estressante que fragiliza os recursos psicológicos dos profissionais ao longo do tempo (Souza *et al.*, 2012; Macedo, 2016; Dias; Siqueira; Ferreira, 2023). Freitas *et al.* (2026) sintetizam esse cenário ao afirmar que:

A atividade policial, marcada pela exposição contínua à violência, ao risco e à tomada de decisões críticas sob pressão, contribui para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e síndrome de burnout. Além dos fatores ocupacionais, elementos institucionais como a rigidez hierárquica, o estigma em torno da vulnerabilidade psíquica e a ausência de políticas eficazes de cuidado psicológico intensificam o quadro de fragilidade emocional (FREITAS *et al.*, 2026, p. 1).

Lima *et al.* (2026) ampliam essa perspectiva ao articular o adoecimento mental com a dimensão dos direitos humanos fundamentais, argumentando que o sofrimento psíquico dos policiais militares não deve ser compreendido como falha individual de resiliência, mas como resultado direto de um ecossistema institucional que negligencia a dignidade do servidor. Essa abordagem jurídico-institucional representa contribuição inovadora da literatura recente, na medida em que desloca o debate do plano clínico-individual para o plano das responsabilidades do Estado, abrindo perspectiva analítica ainda pouco explorada nos estudos sobre saúde policial no Brasil.

Uma lacuna relevante identificada nesta categoria diz respeito à escassez de estudos que investiguem os fatores de risco de forma longitudinal, ou seja, que acompanhem a trajetória de adoecimento dos policiais ao longo do tempo. A maioria dos estudos incluídos nesta revisão adota delineamento transversal, o que impede o estabelecimento de relações de causalidade entre as condições de trabalho e o desenvolvimento de psicopatologias. Outra lacuna observada refere-se à ausência quase total de estudos que considerem as especificidades de gênero no adoecimento dos policiais militares, especialmente diante do crescente ingresso de mulheres nas corporações. A interseção entre gênero, cultura organizacional militarizada e saúde mental representa campo de investigação praticamente inexplorado na literatura nacional sobre o tema.

5.2 REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS: *BURNOUT*, TEPT E O PAPEL DO ESTIGMA INSTITUCIONAL

A análise das pesquisas deste grupo temático revela que a síndrome de *burnout* emerge como o agravo mais amplamente documentado no contexto policial brasileiro, seguida pelo transtorno de estresse pós-traumático, pela ansiedade e pela depressão. Os estudos de Taube e

Carlotto (2025), Lima *et al.* (2025), Oliveira *et al.* (2024) e Lima e Rodrigues (2024) são convergentes ao demonstrar que o *burnout* não representa fenômeno individual, mas resulta de uma interação complexa entre características do trabalho, recursos pessoais e suporte organizacional.

Os achados de Neves *et al.* (2025) evidenciam que a Síndrome de *Burnout* não se restringe aos ambientes operacionais de alto risco, mas também acomete profissionais em setores administrativos, influenciada por fatores como desprestígio, falta de perspectivas de carreira e condições laborais desfavoráveis.

Nessa mesma direção, Freitas *et al.* (2026) identificam, no contexto específico da Polícia Militar do Amazonas, o que denominam de "epidemia silenciosa", caracterizado pelo aumento progressivo de afastamentos por transtornos psicológicos, com destaque para ansiedade, depressão, TEPT e *burnout*. Os autores descrevem com precisão a dinâmica do sofrimento psíquico no ambiente militarizado.

A estrutura militarista da PMAM, ancorada nos pilares pétreos da hierarquia e disciplina, frequentemente estabelece ambientes onde a divergência ou a exposição de vulnerabilidades são equivocadamente interpretadas como insubordinação ou desvio de conduta (Campos, 2013 *apud* FREITAS *et al.*, 2026, p. 7).

O estudo de Nogueira e Lima (2025) corroboram e ampliam a discussão sobre os fatores de risco ocupacionais e organizacionais, ao destacarem que a estrutura hierárquica e disciplinar, embora essencial para a instituição militar, pode atuar como um fator de adoecimento quando gera pressão excessiva, humilhação e processos administrativos desgastantes. Essa perspectiva dialoga com os estudos de Spode e Merlo (2006) e Dias, Siqueira e Ferreira (2023), que já apontavam as pressões organizacionais e os abusos de poder como desencadeadores do sofrimento psíquico. Além disso, Nogueira e Lima (2025) ressaltam a dimensão do estigma institucional, evidenciando que o medo de ser considerado "fraco" ou de sofrer represálias impede muitos policiais de buscarem ajuda profissional.

Essa realidade está diretamente relacionada ao estigma institucional, cuja função inibidora da busca por ajuda psicológica foi evidenciada tanto por Ferreira Junior *et al.* (2026) quanto por Lima *et al.* (2026). A cultura do herói, marcada pela valorização da força, da invulnerabilidade e da supressão das emoções, constitui barreira estrutural ao acesso ao cuidado psicossocial. Nesse sentido, Lima *et al.* (2026) argumentam que:

a saúde mental do policial militar deve ser compreendida como elemento estrutural da dignidade humana, sendo necessária a implementação de políticas institucionais permanentes, integradas e fundamentadas em direitos humanos para a promoção da proteção integral do servidor. (LIMA *et al.*, 2026, p. 1).

Uma lacuna importante identificada entre os trabalhos deste gênero refere-se à ausência de estudos que avaliem sistematicamente o impacto do adoecimento mental na qualidade do serviço prestado à sociedade, como indicadores de uso desproporcional da força, erros operacionais e comprometimento da relação polícia-comunidade. Freitas *et al.* (2026) chamam atenção para essa dimensão ao indicar que o sofrimento psíquico não tratado pode aumentar o risco de abordagens violentas e de decisões impulsivas em situações de pressão, mas poucos estudos brasileiros mensuram empiricamente essa relação. Outra lacuna relevante consiste na escassez de investigações sobre o impacto do adoecimento nas famílias dos policiais militares, problemática que extravasa os limites da corporação e afeta diretamente a estabilidade emocional dos próprios policiais.

5.3 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES

O terceiro bloco reúne os estudos voltados à identificação e proposição de estratégias de prevenção e promoção da saúde mental no contexto policial militar. Embora os fatores de risco sejam amplamente documentados na literatura, este grupo ainda é o que apresenta menor densidade científica, revelando importante assimetria entre o diagnóstico do problema e a proposição de soluções baseadas em evidências, lacuna que representa um dos principais desafios para a área.

Freitas *et al.* (2026) descrevem a estrutura do Centro de Psicologia (CPSI) da Polícia Militar do Amazonas como referência institucional de prevenção e promoção da saúde mental. Segundo os autores, os serviços oferecidos incluem atendimento psicológico individual e em grupo, avaliações psicológicas para diversas finalidades e atividades psicoeducativas voltadas à prevenção de transtornos relacionados ao estresse ocupacional. A expansão da telepsicologia é apontada pelos autores como estratégia promissora, especialmente em contextos de alta demanda e restrições logísticas, como é o caso do Amazonas, onde o isolamento geográfico e os longos deslocamentos fluviais limitam significativamente o acesso a serviços especializados presenciais.

Sotoriva, Engers e Carlotto (2025) acrescentam dimensão relevante ao evidenciar que a autoeficácia e a liderança qualificada funcionam como fatores protetores, indicando que o investimento no desenvolvimento de competências emocionais e gerenciais pode contribuir para a prevenção do adoecimento.

Lima *et al.* (2026) avançam na discussão ao proporem que o enfrentamento do adoecimento psíquico dos policiais militares exige não apenas a oferta de serviços clínicos, mas uma transformação mais ampla da cultura organizacional das corporações. Os autores argumentam que enquanto a cultura militar mantiver a associação entre vulnerabilidade emocional e fraqueza, qualquer política de saúde mental terá alcance limitado, pois os profissionais continuarão a silenciar seus sofrimentos por receio de estigma e represália institucional. Nesse sentido, defendem que “há uma necessidade contínua para que o amparo emocional seja simultâneo às necessidades práticas, garantindo que o cuidado chegue a quem precisa no momento certo.” (LIMA *et al.*, 2026, p. 1).

Guimarães *et al.* (2023) destacam a educação emocional como estratégia preventiva de base, com potencial para atuar antes do surgimento dos quadros psicopatológicos, desenvolvendo nos policiais competências de autoconhecimento, regulação emocional e comunicação assertiva. Fagundes e Freitas (2024) complementam ao identificar estratégias de *coping*, em especial o suporte social entre pares e o exercício físico regular, como recursos protetores relevantes para a gestão do estresse ocupacional. Chiari (2025) e Sousa e Polari (2025) convergem ao apontar que as intervenções mais eficazes são aquelas que combinam múltiplas estratégias — individuais, grupais e organizacionais — e que contam com apoio institucional explícito da liderança.

Freitas *et al.* (2026) acrescentam à discussão uma dimensão frequentemente negligenciada na literatura: a vulnerabilidade socioeconômica dos policiais militares, marcada pelo endividamento decorrente de empréstimos consignados e pela instabilidade financeira. Os autores argumentam que essa condição funciona como gatilho psicossocial contínuo, ampliando o risco de ansiedade e esgotamento psíquico, e propõem que programas de educação financeira sejam incorporados à agenda de promoção da saúde mental nas corporações. Essa abordagem representa contribuição inovadora à literatura, ao ampliar o escopo das estratégias preventivas para além das dimensões clínica e organizacional, incorporando a dimensão socioeconômica como fator determinante do bem-estar psicológico dos profissionais de segurança pública.

No plano das lacunas, observa-se que a maioria dos estudos que discutem essa temática apresenta caráter propositivo e descritivo, sem delineamentos experimentais ou quase-experimentais capazes de avaliar empiricamente a eficácia das intervenções propostas. Não

foram identificados, na amostra desta revisão, estudos brasileiros com delineamento de ensaio clínico randomizado ou estudos longitudinais de avaliação de programas institucionais de saúde mental em corporações policiais. Essa é uma lacuna crítica, pois sem evidências de eficácia, as corporações carecem de base científica robusta para priorizar investimentos e estruturar políticas sustentáveis de promoção da saúde mental. Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras priorizem avaliações de impacto de programas já existentes, como o CPSI da PMAM, e que novos programas sejam desenvolvidos e testados com metodologia rigorosa.

Do ponto de vista institucional, os resultados desta revisão reforçam a necessidade de as corporações policiais, entre elas a Polícia Militar da Paraíba (PMPB), desenvolverem políticas permanentes de saúde mental que contemplem: a) diagnóstico periódico das condições psicossociais de trabalho, com instrumento validado para o contexto policial; b) oferta de acompanhamento psicológico contínuo, acessível e sigiloso, com adoção da telepsicologia para alcance de policiais em unidades do interior; c) educação emocional e desenvolvimento de competências de gestão do estresse desde a formação inicial; d) enfrentamento do estigma por meio de campanhas institucionais protagonizadas por lideranças e pares; e) programas de educação financeira como componente da saúde ocupacional; e f) criação de redes de suporte social entre os policiais, com incentivo ao sentimento de pertencimento e solidariedade institucional. Tais recomendações alinham-se à Linha de Pesquisa 4 do Centro de Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP/PMPB), que tem como foco a assistência social e a promoção da saúde dos profissionais de segurança pública, e encontram respaldo nas evidências sistematizadas pelos estudos atuais no contexto das polícias militares brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, por meio de revisão integrativa da literatura, permitiu identificar e analisar os principais fatores de risco à saúde mental dos policiais militares e as estratégias de prevenção e promoção do bem-estar psicológico descritas na produção científica nacional e internacional. Os achados evidenciam que o adoecimento mental desses profissionais resulta de uma conjugação de fatores ocupacionais, organizacionais e individuais, cujos efeitos se expressam em diferentes manifestações psicopatológicas, com destaque para a síndrome de *burnout*, o TEPT, a ansiedade e a depressão.

A análise dos estudos incluídos reforça a necessidade de adoção de medidas institucionais sistemáticas e permanentes voltadas à proteção da saúde mental dos policiais militares. Tais medidas devem contemplar não apenas a oferta de suporte psicológico

individual, mas também a revisão das condições de trabalho, a redução do estigma associado ao adoecimento psíquico, o fortalecimento do suporte social entre pares e a implementação de programas contínuos de educação emocional e promoção de qualidade de vida.

No contexto específico da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), os resultados desta revisão fornecem subsídios relevantes para o planejamento de ações institucionais alinhadas às melhores evidências científicas disponíveis, contribuindo para a valorização profissional, a redução do absenteísmo por causas psicológicas e o fortalecimento da capacidade operacional da corporação.

Como limitação do presente estudo, aponta-se a restrição da busca a três bases de dados e a possibilidade de viés de publicação, dado que estudos com resultados negativos tendem a ser menos frequentemente publicados. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação das bases consultadas, a inclusão de estudos de intervenção e a realização de pesquisas primárias no contexto específico das polícias militares brasileiras, incluindo a PMPB, com adoção de delineamentos longitudinais capazes de avaliar o impacto de programas de promoção da saúde mental ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTRO, Maria Cristina de Oliveira Santos; ROCHA, Ricelli Endrigo Ruppel da; CRUZ, Roberto Moraes. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 20, n. 2, p. 525-541, 2019. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/saude-mental-do-policial-brasileiro-tendencias-teorico-4srdw57az5.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CHIARI, Moacir José Stevanato. Entre o dever e o sofrimento: a saúde mental dos profissionais da segurança pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19809>. Acesso em: 23 jun. 2026.

CURY, Bianca Pimenta Reis *et al.* O impacto da Síndrome de Burnout na tropa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, v. 1, n. 3, p. 106-127, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/40>. Acesso em: 23 jun. 2026.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental

de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220095>. Acesso em: 23 jun. 2026.

FAGUNDES, Eduardo Miguel Felicio; FREITAS, Suellen Cristo. Do estresse ocupacional a síndrome de burnout: estratégias de coping na profissão policial militar. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 7, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i7.5304>. Acesso em: 23 jun. 2026.

FERREIRA JR., Ednaldo Inocêncio; TAVARES, Mayara Magna Oliveira; CURSINO, Alcirene Maria da Silva. A máquina de produzir silêncio: estresse, estigma e adoecimento psíquico na Polícia Militar do Amazonas. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 9, n. 4, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/4896>. Acesso em: 23 jun. 2026.

FREITAS, A. J. C. A. *et al.* Perfil de policiais com doenças psicológicas na Polícia Militar do Amazonas: causas, impactos e estratégias de intervenção. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24288>. Acesso em: 23 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GUIMARÃES, Jéssica Mara de Paula *et al.* Educação emocional como promoção de saúde mental para os policiais militares de Araxá-MG. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 40, n. 1, p. 170-188, 2023. DOI:10.5281/zenodo.7908107. Acesso em: 23 jun. 2026.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; MASSUDA JR., João; OLIVEIRA, Fernando Maleiros. Saúde mental na Segurança Pública frente à pandemia: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 14, n. 12, p. 365-389, maio-ago./2023. DOI: <https://doi.org.br/10.31412/>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIMA, Angélica de Godoy Torres *et al.* Esgotamento e Síndrome de Burnout em policiais militares brasileiros lotados no interior de Pernambuco. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 34, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2025-0013pt>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LIMA, Ermillo Campos *et al.* Aspectos psicossociais do trabalho e Síndrome de Burnout em policiais militares em uma grande cidade do Estado da Bahia. **Revista Saúde Coletiva**, v. 14, n. 91, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13478-13495>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LIMA, Marcelo Pereira *et al.* A saúde mental do policial militar como direito humano fundamental: uma análise no âmbito da Polícia Militar do Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24944>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MACEDO, Leonila Maria Gomes da Costa. Saúde mental dos policiais militares: revisão integrativa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2016. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/7528>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NEVES, Adriel Vitor Sabino da Costa et al. Síndrome de Burnout em policiais militares brasileiros: o que dizem as evidências? **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 12, p. 642-663, 2025. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/download/6766/6606/14727>. Acesso em: 23 jun. 2026.

NOGUEIRA, Rogerio; LIMA, Rosane de. Estado de alerta: a saúde mental dos policiais militares. **Revista Jurídica Gralha Azul**, v. 1, n. 29, p. 370-379, 2025. DOI: <https://doi.org/10.62248/c6t7ma31>. Acesso em: 23 jun. 2026.

OLIVEIRA, Jacqueline Flores de *et al.* Associação entre burnout e qualidade de vida em policiais militares de duas corporações brasileiras. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.17058/reci.v14i2.19033>. Acesso em: 23 jun. 2026.

PAGE, Matthew J. *et al.* **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. *BMJ*, v. 372, 2021.

SOTORIVA, Diego; ENGERS, Michelle; CARLOTTO, Mary. Síndrome de Burnout em Policiais Militares do Brasil: análise de fatores associados e mediação. **Revista Estudos Psicológicos**, v. 5, n. 3, p. 21-39, 2025. Disponível em: DOI:10.35622/j.rep.2025.03.002. Acesso em: 23 jun. 2026.

SOUSA, Breno Nascimento de; POLARI, Lucas Emanuel Bastos. Impacto do estresse ocupacional na saúde mental dos policiais militares da PMAM. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i12.23440>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. DOI: 10.1590/S1679-45082010RW1134.

SOUZA, Edinilsa Ramos de *et al.* Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 983-992, 2012. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/fatores-associados-ao-sofrimento-psiquico-de-policiais-dspmy1telj.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SPODE, Charlotte Beatriz, MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 19, v. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300004>. Acesso em: 23 jun. 2026.

TAUBE, Michelle Engers; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout e trabalho emocional em policiais militares. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 42, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202542e230092>. Acesso em: 23 jun. 2026.